

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: 124

Data 18/08/93 Pg.: 1 e 5

Governo revê a segurança nas fronteiras

por José Casado
de Brasília

O governo federal decidiu rever as dimensões das áreas de segurança em toda a fronteira nacional — do Rio Grande do Sul ao Amapá. Nos próximos dias, envia ao Congresso Nacional um projeto de lei redefinindo o tamanho e a localização dessas áreas.

“A Constituição diz que a faixa de fronteira pode ter até 150 quilômetros de largura”, explica o almirante Mário César Flores, secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nessas áreas, todo o planejamento socioeconômico tem como premissa critérios de defesa. “É evidente que teremos larguras de faixa de fronteira diferentes no Sul e na Amazônia”, observa.

Outras mudanças na estrutura jurídica do País, sob o critério de reforço do sistema de defesa, estão sendo preparadas — anunciou o secretário em um debate, ontem, com integrantes da Comissão de Defesa Nacional da Câmara:

- O governo tem interesse em alterar, no curto prazo, o Estatuto do Índio, “para que se faça menção à faixa de fronteira”.

- Está, também, interessado em que o Legislativo analise, “com muito cuidado”, a ratificação da Con-

venção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas, “que contém preceitos como o do direito dos índios de dispor de suas terras como propriedade até para venda, quando elas são bens da União, segundo a Constituição”. A convenção está em tramitação no Senado, para ratificação.

- Pretende, ainda, uma revisão da decisão do governo Fernando Collor que deu a 5 mil índios lanomami uma área de 9,4 milhões de hectares — o equivalente ao território de Portugal — no Estado de Roraima. O objetivo, nesse caso, é “fazer uma ressalva, no texto legal que criou a reserva, permitindo que o Estado possa executar, ali, todas as suas atribuições na defesa da soberania nacional”.

- Além disso, está decidido a submeter todas as demarcações de terras indígenas ao Congresso. Atualmente, o processo de decisão é por ato administrativo do Ministério da Justiça, depois ratificado por decreto presidencial.

Em tese, a demarcação de todas as áreas indígenas — somadas, hoje equivalentem

(Continua na página 5)

• Política

MILITARES

Governo revê a segurança...

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
a 10,5% do território nacional — deveria ser encerrado no próximo dia 6 de outubro. É o que determina a Constituição. Apenas um terço foi realizado, não há mais tempo para cumprir o que estabelece a Carta e esse atraso, na visão do governo, cria uma oportunidade para mudanças em todo o processo.

A essas iniciativas deve-se somar a reativação do projeto Calha Norte, que prevê a colonização e fortificação de toda a fronteira Norte do País, a um custo, inicialmente, estimado em 0,1% do Orçamento Geral da União para 1994. E, também, o início da implantação de um sistema de vigilância, composto por vinte radares, no qual serão investidos US\$ 600 milhões e cuja manutenção poderá custar até US\$ 30 milhões anuais.

Tudo isso porque a cúpula das Forças Armadas e parte da elite política está convencida de que o País pode vir a se tornar um "alvo preferencial" da mudança dos conceitos de soberania nacional, que está sendo empreendida por organismos, como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

"Não há ameaça concreta, hoje, à soberania brasileira", comentou, por exemplo, o secretário de Assuntos Estratégicos, durante seu debate, ontem, com deputados federais. Fez uma ressalva: "Mas o futuro é incerto". E por que esse receio sobre as áreas indígenas? "Estamos caminhando para uma situação curiosa, na qual desfazemos nossa fronteira ao Sul, com o Mercosul, mas não poderemos sequer entrar no território dos ianomamis", respondeu.

Todo o sistema de planejamento estratégico no comando das Forças Armadas está mudando. Um dos reflexos é a troca do cenário para estudos sobre a hipótese de uma guerra — os esforços, agora, se concentram na fronteira Norte, a Amazônia.

Não significa que, na vida real, o governo esteja operando com a perspectiva de uma guerra. Mas é consequência prática, assim como as providências em curso para reforço do sistema de defesa nacional, de acirramento de um con-

flito político muito mais amplo e grave — nas relações com os Estados Unidos.

Hoje, em Brasília, os principais formuladores da política externa dos EUA para a América Latina e a cúpula do Itamaraty reúnem-se para "coordenar" uma nova agenda de gestões bilaterais.

A delegação norte-americana é comandada pelo diplomata Luigi Einaudi, que no governo George Bush chefiou a equipe de especialistas responsável pela elaboração de um projeto de "desmontagem" das Forças Armadas latino-americanas, sua redução e transformação em espécie de polícias nacionais e mudança no papel de organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e Junta Interamericana de Defesa (JID).

Há discrepâncias entre o Itamaraty e as Forças Armadas sobre a forma de condução das negociações bilaterais com os EUA, especialmente nos temas que são considerados como críticos à garantia de continuidade de princípios de soberania.

Do lado militar, opera-se com a perspectiva de agravamento do conflito com os Estados Unidos — exatamente por causa das premissas dessa nova política para a América Latina, que o Departamento de Estado vem emulando desde o governo George Bush, da qual Einaudi foi um dos principais formuladores.

Os focos de atrito, na visão dos militares brasileiros, estão na insistência de Washington em ampliar os controles sobre repasse de tecnologias de uso duplo (civil e militar) ao País; bem como de tentar expandir as possibilidades de intervenção da ONU na soberania de nações com áreas vulneráveis ao tráfico de drogas ou consideradas "patrimônio comum da humanidade". E, ainda, de procurar meios para transformar organismos regionais — como a OEA e a JID — em instrumento-base para um novo sistema de defesa hemisférico, que supõe um papel político das Forças Armadas muito semelhante ao de polícias nacionais.

O próprio Luigi Einaudi manifestou, em um seminário sobre "O Futuro da OEA e a Segurança Hemisférica", em abril de 1991,

em Washington, no Woodrow Wilson Center, o sentimento do Departamento de Estado "de grande frustração pela incapacidade de a OEA e a JID reunirem a autoridade política, civil e a autoridade militar institucional; está claro que a hora é de traduzirmos a solidariedade democrática que conseguimos no hemisfério em uma política de defesa e um novo papel dos militares".

A forma objetiva como os militares brasileiros vêm isso — e discordam — tem sido sintematicamente repetida pelo general Gleuber Vieira, vice-chefe do Estado-Maior do Exército: "Nos causa apreensão na medida em que constatamos que a ONU atende mais a potências hegemônicas que controlam seu Conselho de Segurança. Estendemos essa preocupação a outros órgãos como OEA e clubes de controle de tecnologia, através dos quais as potências hegemônicas procuram a estratificação do conhecimento, e, por extensão, do poder".

A tendência de acirramento desse conflito tem determinado mudanças de postura na cúpula militar, no sentido de envolver-se cada vez mais com o "front" político externo.

Um exemplo concreto disso ocorreu no governo Fernando Collor. Os ministros militares, segundo relatou ontem o almirante Mário César Flores — na época ministro da Marinha — tentaram por todos os meios evitar a concessão de uma área de 9,4 milhões de hectares aos índios ianomamis "na forma como foi

feito, através de uma resolução extremamente vaga que apenas diz "permitir" a presença de autoridades federais na área". Houve pressão para que o Conselho de Defesa Nacional fosse ouvido, previamente, "mas não tivemos êxito".

Um envolvimento dessa dimensão não ocorreu, porém, quando surgiu uma questão interna politicamente explosiva — o "impeachment" de Collor. Os chefes militares combinaram, e anunciaram em público, sua intenção de não envolvimento, em obediência à Constituição.

Como as Forças Armadas ainda detêm uma parcela de poder real muito grande, no governo Itamar Franco observa-se uma expansão de sua área de influência na burocracia — não apenas na conquista crescente de dotações orçamentárias como também na multiplicação de seus representantes em áreas-chave da formulação de políticas setoriais (administração pública, polícia federal e, desde ontem, no Conselho Nacional de Informática e Automação — ver página 11).

Em alguns casos, como o da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o espaço de poder legal e de influência efetiva dos militares nos mais diferentes problemas de Estado aumentou muito.

Na política externa essa presença torna-se, a cada dia, mais visível: ontem à noite, por exemplo, os ministros militares reuniram-se para examinar a pauta do encontro de hoje entre funcionários do Itamaraty e do Departamento de Estado.